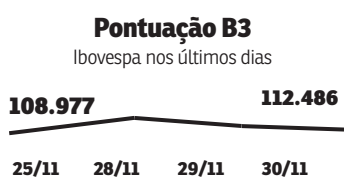
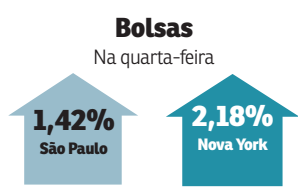




7 • Correio Braziliense — Brasília, quinta-feira, 1º de dezembro de 2022



Dólar	Últimos
23/novembro	5,374
24/novembro	5,310
25/novembro	5,410
29/novembro	5,361

Salário mínimo
R\$ 1.212

Euro
Comercial, venda na quarta-feira
R\$ 5,416

CDI
Ao ano
13,65%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)
13,66%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Junho/2022	0,67
Julho/2022	-0,68
Agosto/2022	-0,36
Setembro/2022	-0,29
Outubro/2022	0,59

CONJUNTURA

Desemprego recua para 8,3% em outubro

Com desaceleração da economia em curso, analistas alertam para piora no mercado de trabalho nos próximos meses e em 2023

» ROSANA HESSEL

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou, ontem, a taxa de desemprego no trimestre encerrado em outubro, de 8,3%, a menor para o período desde 2014. O dado da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Continua do órgão ligado ao Ministério da Economia foi menor do que o esperado pelo mercado, cujas apostas estavam entre 8,5% e 8,6%. O indicador também ficou abaixo dos 8,7% registrados no trimestre encerrado em setembro e dos 9,1% dos três meses imediatamente anteriores, de maio a julho.

Apesar dessa melhora no mercado de trabalho, analistas lembraram que, como a economia está em desaceleração, a perspectiva é de aumento do desemprego nos próximos meses. Eles, inclusive, não descartam que a taxa de desocupação volte a ficar acima de 9% no ano que vem. Vale destacar que, na véspera dos dados da Pnad, o Ministério do Trabalho e Previdência divulgou números do mercado formal de outubro, refletindo a desaceleração da economia, pois o número de vagas criadas caiu 42,5%, na comparação com setembro, para 159.454 posições com carteira assinada. Carlos Alberto Ramos, professor da Universidade de Brasília (UnB), ressaltou que esse recuo na abertura de vagas também está relacionado com as incertezas do empresariado em relação às regras das relações de trabalho, pois o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vem sinalizando que pretende revogar a reforma trabalhista logo no início do mandato. Fontes próximas ao novo governo, no entanto, disseram que Lula "não deverá mexer" nesse tema tão cedo.

"Houve uma consolidação do mercado de trabalho ao longo de 2022, resultado de uma atividade econômica mais forte na primeira metade do ano, em grande parte, devido à medidas de estímulo do governo. Agora, no fim do ano, existem as vagas temporárias do comércio que podem dar algum aquecimento nos dados de novembro, mas sabemos que, em dezembro, haverá queda", comentou o economista Rodolpho Tobler, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre). Ele ressaltou que, apesar do aumento gradual da renda média no ano, chegando R\$ 2.754 por mês, no trimestre encerrado em outubro, o rendimento do trabalhador ainda não recuperou os patamares pré-pandemia.

Nos meses de agosto a outubro de 2019, a renda média mensal era de R\$ 2.811 e, no mesmo período de 2020, passou para R\$ 2.950. "Isso é complicado, porque o poder de compra das famílias está muito comprimido. Apesar da desaceleração da inflação recente, ela ainda incomoda", alertou Tobler. Na avaliação dele, devido à esperada perda de fôlego da economia em 2023, a continuidade da queda do desemprego será mais desafiadora no novo governo. "A expectativa é de que a taxa de desocupação

deverá subir, pelo menos, na primeira metade do próximo ano, podendo ficar acima de 9%, mas acredito que, dificilmente voltará para dois dígitos."

PIB mais fraco

O IBGE divulgará, hoje, os dados do Produto Interno Bruto (PIB) do terceiro trimestre deste ano, e a expectativa do mercado é que essa tendência de desaceleração da atividade econômica seja confirmada, pois as projeções variam entre 0,4% e 0,7%, abaixo da variação positiva de 1,2% contabilizada nos três meses anteriores. Analistas reconhecem que essa desaceleração é resultado do impacto defasado da política monetária na atividade, que levou a taxa básica da economia (Selic) para 13,75% ao ano atualmente. Os reflexos devem ser sentidos também em 2023, quando o PIB deverá crescer entre 0,4% e 1%, pelas estimativas coletadas pelo Correio.

O economista Ecio Costa, professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), ressaltou que a economia brasileira também sentirá o impacto da desaceleração da economia global em 2023. "E tem toda essa série de incertezas que estão permeando as negociações da PEC da Transição e de como a política do novo governo vai ser conduzida", explicou. Segundo ele, há possibilidade de o desemprego aumentar, mas ainda não há certeza de que poderá voltar para casa de dois dígitos no ano que vem. "Com certeza, vamos ter uma deterioração no mercado de trabalho, justamente pelo baixo crescimento da economia", frisou.

Ao analisar os dados da Pnad, o economista-chefe do Itaú Unibanco, Mario Mesquita, reforçou o alerta sobre a volta do aumento do desemprego. "Apesar da queda da taxa de desemprego, há sinais de desaceleração no mercado de trabalho, com o ritmo de crescimento do emprego formal desacelerando enquanto o segmento informal contraiu pelo quarto mês consecutivo. Olhando à frente, mantemos nossa expectativa de que o emprego continuará desacelerando nos próximos meses, à medida em que a atividade econômica perde o fôlego", escreveu. Pelas estimativas do banco, a taxa de desemprego dessazonalizada chegará a 8,6% no fim deste ano e subirá para 9,3% no fim de 2023.

Conforme os dados do IBGE, o contingente de pessoas ocupadas cresceu 1%, na comparação com o trimestre encerrado em julho, para 99,7 milhões — novo recorde da série histórica, iniciada em 2012. Já o número de desempregados encolheu 8,7%, na mesma base de comparação, para 9,022 milhões — menor patamar desde 2015. O nível da ocupação chegou a 57,4% — nível mais elevado desde o trimestre móvel de abril de 2015. Contudo, o contingente de informais continua elevado, perto de 39 milhões. "A informalidade é muito alta e tem ficado em torno de 40% há muito tempo, mesmo antes da pandemia, porque é um problema estrutural", lamentou Tobler, do Ibre, que demonstrou preocupação com exercício de 18,7 milhões de trabalhadores por conta própria sem CNPJ.

Alívio temporário

Taxa de desocupação no trimestre entre agosto e outubro fica em 8,3% abaixo das previsões do mercado, que alerta para a desaceleração da economia. Rendimento médio anda de lado e não recupera o patamar pré-pandemia

TAXA DE DESEMPREGO

Dados do trimestre encerrado em... (Em %)



RENDIMENTO MÉDIO

Dados do trimestre encerrado em... (Em R\$)



NÍVEL DE OCUPAÇÃO

Dados do trimestre encerrado em... (Em %)



Fonte: IBGE

» Dívida pública bruta cresce R\$ 330,9 bi no ano

A dívida pública bruta cresceu R\$ 330,9 bilhões no acumulado de janeiro a outubro de 2022, em grande parte, devido ao aumento dos juros, totalizando R\$ 7,298 trilhões, conforme dados do Banco Central divulgados, ontem, pelo Banco Central. Em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), contudo, recuou de 77,1%, em setembro, para 76,8%, em outubro, voltando ao patamar de fevereiro de 2020, ou seja, antes da pandemia de covid-19. Essa queda mensal de 0,3 ponto percentual ocorreu, em grande parte, devido ao aumento da projeção do BC para o PIB nominal, que passou de R\$ 9,420 trilhões para R\$ 9,502 trilhões, ou seja, ganho contábil. De acordo com o BC, o impacto desse aumento do PIB nominal foi de -0,7 ponto percentual, neutralizando o efeito do crescimento de 0,6% do aumento do custo dos juros nominais.

Cortes maiores na Saúde e no MEC

O Ministério da Economia divulgou, na noite de ontem, o decreto com o detalhamento do bloqueio adicional de R\$ 5,7 bilhões previstos no relatório de avaliação de receitas e despesas do 5º bimestre, apresentado no último dia 22. Os ministérios da Saúde e da Educação (MEC), novamente, foram as pastas mais afetadas, com cortes de R\$ 1,39 bilhão e de R\$ 1,43 bilhão, respectivamente.

O decreto publicado no *Diário Oficial da União (DOU)*, em edição extra, deixou os ministérios da Economia e da Justiça e Segurança Pública, a vice-presidência da República e o Banco Central livres da tesourada.

De acordo com a Economia, o bloqueio atinge apenas despesas discricionárias, ou seja, não obrigatórias. Nesse caso, cada órgão sujeito aos cortes precisará determinar as áreas que terão os recursos contingenciados.

O governo precisou anunciar novo bloqueio de despesas para cumprir a regra do teto — que

limita o aumento das despesas à inflação do ano anterior. Esse limite constitucional, no entanto, foi alargado em mais de R\$ 100 bilhões no Orçamento deste ano, com mudanças na metodologia e pedaladas em precatórios. E, mesmo com um teto mais folgado, o governo ainda precisa fazer contingenciamentos desde o início do ano.

No relatório anterior, foram bloqueados R\$ 10,5 bilhões e havia R\$ 9,7 bilhões remanescentes que, somados ao corte adicional, chegam a R\$ 15,4 bilhões. Desse total, R\$ 7,7 bilhões são as polêmicas emendas do relator (RP9), conhecidas como orçamento secreto. Nessa soma dos cortes pendentes, o Ministério do Desenvolvimento Regional foi o mais atingido, com bloqueio de R\$ 3,9 bilhões, incluindo o adicional de R\$ 176,9 milhões previstos no último detalhamento do novo decreto. Na sequência, estão a Saúde, com R\$ 3,9 bilhões bloqueados; e a Educação, com tesourada de R\$ 3,8 bilhões.

Os cortes do Orçamento já afetaram a emissão de passaportes pela Polícia Federal e a última grita veio das universidades federais, que se mobilizaram contra o corte previsto de R\$ 244 milhões, que inviabilizaria o funcionamento das instituições.

Procurado, o Ministério da Economia informou que cabe ao Ministério da Educação definir os cortes previstos no bloqueio. Posteriormente, em nota, destacou que o bloqueio preciso no decreto, refletido o que estava previsto pela Junta de Execução Orçamentária (JEO) e, em dezembro, "a pasta seguirá avaliando o comportamento das receitas e das despesas com a possibilidade de divulgação de um relatório extemporâneo". "Destacamos que o Ministério da Economia é responsável pelo limite de movimentação e empenho, cabendo a cada ministério elencar as suas prioridades", reforçou a pasta, acrescentando que "está buscando alternativas de fontes para resolver as questões mais urgentes dos órgãos". (RH)

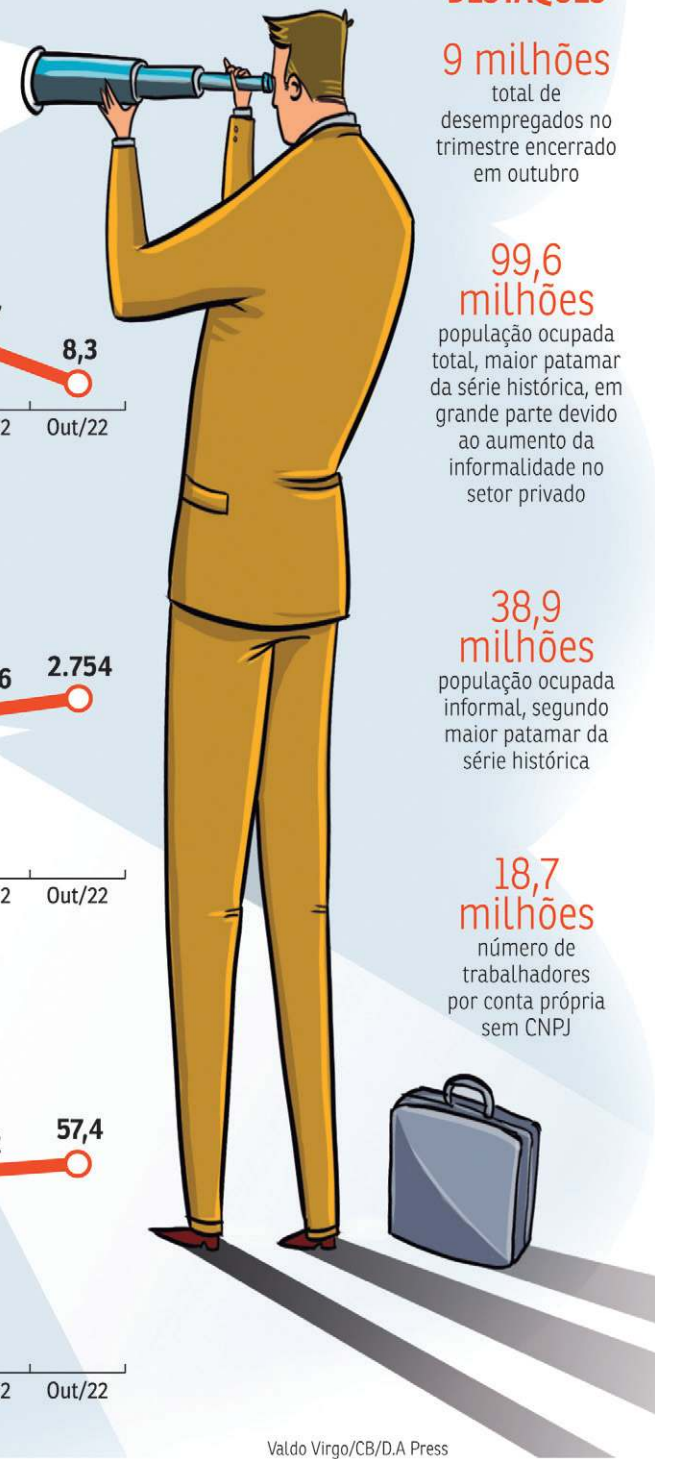
DESTAQUES

9 milhões
total de desempregados no trimestre encerrado em outubro

99,6 milhões
população ocupada total, maior patamar da série histórica, em grande parte devido ao aumento da informalidade no setor privado

38,9 milhões
população ocupada informal, segundo maior patamar da série histórica

18,7 milhões
número de trabalhadores por conta própria sem CNPJ



Valdo Virgo/CB/D.A. Press